

Do “Cisminário Queer” ao “Caso Miskolci”: traçando controvérsias

From “Queer Cisminary” to “Miskolci Case”: Tracing Controversies

De la “Controversia Queer” al “Caso Miskolci”: rastreando controversias

Brume Dezembro Iazzetti¹

Ruby Mascarenhas²

Em 7 de novembro de 2023, durante o “Seminário Identidades Trans e Travestis: cidadania, memória e coletividades”, promovido pela revista Cult e pelo SESC Pompéia, em São Paulo, o professor de Sociologia da UNIFESP Richard Miskolci foi reconhecido como *persona non grata* “no âmbito epistêmico e ético do transfeminismo brasileiro”, na leitura pública de uma carta aberta publicada, dois dias depois, nas redes sociais, por um conjunto de trinta ativistas, intelectuais (cis e trans) e entidades, incluindo docentes universitários/as e coletivos históricos do movimento transsexual, travesti e transmasculino brasileiro, como ANTRA, FONATRANS, IBRAT e Rede Trans Brasil. A carta, que destacou a discordância do professor em relação ao conceito de cisgeneridade, conclui com o chamado de que “enquanto o mesmo continuar a publicamente reafirmar tais posições cisativistas sem adotar ações reparadoras, consideramos sua presença inaceitável e contraditória nos espaços dedicados à luta anti-transfobia”.

Para além das microrrelações que estruturam esse momento particular, nosso objetivo, nesta Apresentação, é introduzir brevemente algumas das principais movimentações históricas que possibilitaram uma transformação significativa nas dinâmicas públicas de circulação dessa controvérsia, em seus atores e redes, desde os anos 2010, assim como apontar possíveis caminhos na pesquisa trans/travesti³ nacional a partir de tal historicidade, aqui esboçada.

¹ Doutoranda em Science and Technology Studies (STS) na Cornell University. Mestra em História Pública pelo programa History in the Public Sphere (HIPS) (Erasmus Mundus). Mestra em Antropologia Social e Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: brume.dezembro@gmail.com

² Doutoranda em Antropologia Social e Cultural e Assistente de Pesquisa no Colégio Internacional de Graduados “Temporalities of Future” Lateinamerika-Institut Freie Universität Berlin. Mestre em Antropologia Social e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: rubensmascneto@hotmail.com

³ Optamos pelo termo “trans/travesti” de modo a não reproduzir o apagamento da identidade “travesti”, no contexto latino-americano, frente ao termo guarda-chuva “trans” - embora compreendemos que “travesti” possa também ser assim entendido. Outros termos também são possíveis de serem utilizados nessa circunscrição sempre limitada e sob rasura de identidades, saberes, e modos de existência, como “trans*”, “transpologia”, “transvestigênera”, e “transcentrado”.

Entendemos esse ocorrido, conceitualmente, enquanto uma “controvérsia sociocientífica” – particularmente (embora não apenas) nos Estudos de Gênero e nos Estudos Queer, historicamente constituídos, no Brasil, nos enredamentos entre produção acadêmica e movimentos sociais. Enquanto controvérsia, esse caso esgarça tais fronteiras e explicita conexões históricas, assim como torna público uma série de dinâmicas comumente ocultadas na produção científica (no caso, nas Ciências Sociais), principalmente no que se refere a relações de saber/poder, e a construção de regimes de autoridade e legitimidade, incluindo através de redes institucionais e burocráticas. Outro elemento fundamental, a partir desse conceito, é a compreensão de uma ruptura histórica simbolizada nesse caso – que, conforme pontuaremos, conecta essa a outra controvérsia, de quase uma década antes, em seu caráter público e contestatório, delimitando uma passagem histórica.

Entendemos que a declaração de *persona non grata* parte, de fato, de um conjunto de tensões acumuladas ao longo de quase uma década – iniciadas em uma primeira controvérsia, ao final de 2015. Conforme rememora Sant’Ana (2016), ocorreu nos dias 9 e 10 de setembro de 2015, também em São Paulo, e também pela Revista Cult, o “I Seminário Queer” – que veio a ser apelidado jocosamente de “Cisminário Queer”, dada sua visível ausência de pessoas trans/travestis, assim como de pessoas negras, entre as pessoas palestrantes, principalmente as brasileiras. Neste evento, Miskolci afirmou, em resposta a uma pergunta sobre a ausência desses sujeitos neste espaço, que “você pode trazer às vezes as pessoas e dar o microfone para elas, e falta vocabulário”⁴, fazendo menção ao texto “Pode o subalterno falar?”, de Gayatri Spivak. O professor também se mostrou relutante ao conceito de “cisgeneridade”, que germinava naquele momento em circuitos transfeministas⁵. Suas declarações no evento geraram reações fervorosas da plateia, e um conjunto de respostas publicadas nas redes sociais, através de textos críticos. No entanto, a controvérsia parecia, naquele momento, restrita a tais redes digitais e circuitos mais limitados em universidades, sem grandes repercussões institucionais diretas.

Entre 2015 e 2023, acumularam-se declarações controversas do mesmo professor, gerando réplicas mais localizadas. Em entrevista em outubro de 2021, por exemplo, Miskolci sustentou a posição crítica a noção de cisgeneridade, além de associar pessoas não-binárias a um “modismo”⁶. O professor seguiu produzindo academicamente, ao longo dessa quase uma

⁴ Disponível no Youtube, <https://www.youtube.com/watch?v=mu3LceR3CU0> a partir de 01h19 (os comentários estão desativados).

⁵ A mesma pergunta foi direcionada a Judith Butler - que fazia sua primeira visita ao Brasil naquele momento. Butler respondeu que não tinha opinião formada, naquele momento, sobre o conceito, mas que entendia sua importância, pelo conceito ter sido gestado em circuitos transfeministas.

⁶ Fonte: Extra Classe, <https://www.extraclasse.org.br/geral/2021/10/avancos-equivocos-e-retrocessos-nas-lutas-identitarias/>

década, sobre a comunidade trans e travesti, sustentando argumentos em perceptível discordância com intelectuais e ativistas da própria comunidade. Com isso, o mal-estar frente a essa produção foi crescente, sendo percebido como cada vez mais contraditório e isolado, e criticado enquanto uma prática “extrativista” e “transepistemicida” - culminando, após sucessivas frustrações nesse diálogo, na nota pública em questão, e na declaração de *persona non grata*.

De fato, houve uma presença pública das pessoas envolvidas naquele primeiro momento do “Cisminário” na posterior controvérsia em 2023 – numa declaração nominal de apoio a Miskolci, publicada por cinco docentes universitárias/os no “Outras Palavras”⁷ (grande parte, de autorias com produções sobre a população trans/travesti) – reforçando nosso argumento esboçado aqui de uma conexão histórica entre tais controvérsias, inclusive no que se refere a seus atores, e suas redes profissionais e institucionais. A distinção está, no entanto, na escala notavelmente mais ampla desse segundo momento, inclusive com repercussões institucionais significativas, com desdobramentos ainda no presente.

Desta controvérsia em novembro de 2023, sucederam notas públicas em apoio ao professor por parte de organizações de peso, notavelmente a breve nota publicada pela SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia)⁸, no dia 10, com a afirmação de repúdio a “nota emitida por transativistas”, configurando a carta aberta como uma ameaça à “liberdade de cátedra”, a “ciência” e “seus profissionais”; e no dia 14, a ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) publicou a “Nota do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Ciências Sociais pela liberdade intelectual e de cátedra”⁹, também pontuando uma “tentativa de silenciamento” por parte de “transativistas”.

Por fim, a nota publicada pelo Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/UNICAMP¹⁰, no dia 17, sem assinaturas nominiais, “pela possibilidade do dissenso, do respeito democrático aos embates conceituais e sem censura ou banimento”. Em resposta à carta do PAGU – que, vale pontuar, tinha e tem em sua composição pesquisadores/ies/as trans/travestis –, um grupo de mais de trinta integrantes e ex-integrantes do Núcleo (cis e trans) se manifestou demandando esclarecimentos sobre a nota em questão, em carta publicada nas redes no dia 18¹¹: “a nota foi

⁷ Fonte: *Outras Palavras*, <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/em-defesa-de-richard-miskolci/>

⁸ Fonte: SBS, <https://sbsociologia.com.br/nota-de-apoio-ao-prof-dr-richard-miskolci-em-favor-a-liberdade-de-catedra/>.

⁹ Fonte: *Página da ANPOCS no Instagram*, https://www.instagram.com/anpocs/p/Cz4CGunp85h/?img_index=1.

¹⁰ Fonte: *Página do PAGU no Instagram*, https://www.instagram.com/p/CzwwEMxv9EB/?img_index=1.

¹¹ Fonte: *Página do NCT no Instagram*, https://www.instagram.com/nct_unicamp/p/Cz2FjJExODh/?img_index=1.

publicada em nome de todo o Núcleo (...) sem especificar quais foram as pessoas responsáveis pelo seu texto, e que efetivamente se responsabilizam por ele”.

Notas e cartas de destaque solidárias à carta aberta publicada no dia 9 incluem a nota publicada pela ABETH (Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura), no dia 12¹², desacando “a autonomia das pessoas ativistas e pesquisadoras transfeministas”; e o posicionamento coletivo do CÓCCIX, Inseto, e Corpas Trans¹³, no dia 20, enfatizando o “reconhecimento e legitimidade das epistemologias trans e não binárias na produção de conhecimento”. No dia 22, a Rede Brasileira de Estudos Trans/Travestis - assinada por 15 pesquisadoras/es trans/travestis - publicou a “Nota de enfrentamento ao transepistêmico”¹⁴. Outras respostas foram mais indiretas, como o evento realizado pela ABA (Associação Brasileira de Antropologia) - que também integra a ANPOCS - no dia 4 de dezembro, com o tema “Saberes e epistemologias trans e travestis? interfaces entre academia e política”, mediado pela professora de Antropologia da UFRGS Vi Grunvald¹⁵.

Uma análise cuidadosa das notas revela divergências importantes postas nessa controvérsia: de um lado, a declaração de *persona non grata* foi descrita como uma ameaça e uma tentativa de censura e banimento escrita por “transativistas”; de outro, ela foi descrita como uma manifestação legítima, nas articulações entre movimentos sociais e produção acadêmica, tanto por pessoas trans, quanto pessoas cis aliadas. Embora, comumente, tais disputas tenham sido descritas, naquele período, sob definições conflituosas de “liberdade de cátedra” (e seus correlatos, como “liberdade de expressão”), pontuamos aqui que compreendemos que tais distinções, de fato, se referem a discrepâncias sobre princípios de responsabilidade, autoria, e alinhamentos político-éticos nessas articulações, assim como do lugar epistemológico possível de ser ocupado por pessoas trans/travestis na produção acadêmica - debate que, de fato, data muito antes dos anos 2010, quando a controvérsia do “Cisminário” veio a tona.

Conforme destacamos, em novembro de 2023 estava instaurada uma controvérsia de dimensões muito mais amplas que aquela de setembro de 2015, incluindo posicionamentos que surgiam quase diariamente e o impacto que tais disputas tiveram nas relações interpessoais e institucionais ali atravessadas - inclusive no impacto psicológico às pessoas diretamente envolvidas. Vale destacar, aqui, as dimensões de saber/poder que se revelavam, também, nessa

¹² Fonte: Página da ABETH no Instagram, https://www.instagram.com/p/Czjeld_py27/?img_index=2.

¹³ Fonte: CÓCCIX, <https://coccixorg.wordpress.com/2023/11/20/nota-de-apoio-a-organizacoes-pensadorias-e-ativistas-trans/#:~:text=E%20ATIVISTAS%20TRANS-,Nota%20de%20apoio%20a%20organiza%C3%A7%C3%B5es%2C%20pensadorias%20e%20ativistas%20trans,-Nota%20de%20apoio>.

¹⁴ Disponível no Medium, <https://medium.com/@rededeestudostravestis/nota-de-enfrentamento-ao-trans-epistemic%C3%ADdio-b7cedf25c20b>

¹⁵ Disponível no YouTube, <https://www.youtube.com/watch?v=CXPf4mF8HZo>.

disputa: se afirmava, de um lado, o lugar do “professor” e da “ciência”; enquanto, de outro, se pontuava a importância do reconhecimento de múltiplas epistemologias nos emaranhados entre ativismo e produção acadêmica, e da legitimidade de disputar e redefinir tais posições de poder (ou seja, um passo anterior da discussão sobre o conceito de “cisgeneridade” em si). Em outras palavras, estava em disputa “quem pode falar por quem”, em quais contextos, e quais são os vocabulários que compõem essa legitimidade - uma questão ética, epistemológica e política, que atravessa uma historicidade específica de desumanização de pessoas trans/travestis re/produzida historicamente na produção acadêmica, inclusive brasileira. É em resposta a esse processo histórico mais amplo - tornado público na controvérsia em questão - que organizamos este dossiê. Para tanto, optamos por um breve histórico da produção trans/travesti brasileira entre 2015 e 2023, assim como apontamentos possíveis para seu futuro.

Um breve histórico das pesquisas trans/travestis brasileiras

Em 2015, alguns dos destaques na pesquisa trans/travesti nacional centravam-se em espaços online, a exemplo do texto “Pode um cu mestiço falar?”, de Jota Mombaça, publicado em janeiro de 2015 – destacando a racialização de violência epistêmica contra corpos trans – enquanto as primeiras produções transfeministas circulavam em blogs como o *Transfeminismo.org* (COACCI, 2014), com nomes como Hailey Kaas e Beatriz Bagagli. Pouco-a-pouco, surgiam também as primeiras produções trans/travestis em periódicos, já em conceituações de noções como “cisgeneridade” e “cissexismo” – um destaque na pesquisa nacional¹⁶ – a exemplo de “Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera)”, de Leila Dumaresq, publicado em 2016, e “O Cis pelo Trans”, de Amara Moira, publicado no ano seguinte.

Anos antes, no começo dos anos 2010, as notícias das “primeiras” pessoas trans/travestis alcançando títulos de doutorado circulavam pelo país e ganhavam notoriedade pública, notavelmente com o doutoramento de Luma de Andrade pela UNILAB, no campo da Educação, em 2012, com a tese “Travestis na Escola” – um ano antes de Leilane Assunção, na História, assumir o posto de professora substituta na UFRN, no primeiro registro de uma docência trans/travesti que temos no país. Ao longo dos anos, dissertações e teses de pessoas trans/travestis ganhavam destaque e circulação, a exemplo de “Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes”, de Viviane Vergueiro, publicada em 2016, que

¹⁶ Nos últimos anos, conceitos como “cisness” e “cisnormativity” têm surgido na produção anglófona, mas eles, de fato, datam historicamente de quase uma década antes, de modo significativo, na produção transfeminista latino-americana.

fundamentou a decolonialidade como dimensão central da produção transfeminista nacional, o método autoetnográfico, assim como conceitualizou “cisgeneridade” e “cistema”.

Se, em um primeiro momento, a produção transfeminista brasileira se inspirava diretamente na produção anglófona em seu aparato conceitual, ao longo dos anos, contornos próprios dessa produção ganharam forma, em uma produção transfeminista (e, mais amplamente, trans/travesti) interseccional e decolonial – com destaque a produção feminista negra, conforme pontuado por Leticia Nascimento (2021). Expandiram-se, também, as pesquisas em diferentes áreas de conhecimento, em áreas como Educação, Saúde Coletiva, Serviço Social, História, Ciências Sociais, e Psicologia, nos entrelaçamentos com políticas de acesso e permanência (IAZZETTI, 2021). Há ainda uma expansão de iniciativas coletivas protagonizadas por pessoas trans/travestis, a exemplo da Revista Estudos Transviades¹⁷, iniciada em 2020 e coordenada por Bruno Pfeil, Cello Pfeil, Thárcilo Hentzy, Nicolas Pustilnick, Daniel de Brito e Cauê Moura, centrada em produções de autorias transmasculinas; o Museu Transgênero de História e Arte (MUTHA), criado no mesmo ano por Ian Habib, contando com arquivos artístico e histórico; e o Centro de Pesquisa Transfeminista (antigo *Transfeminismo.org*), coordenado por Hailey Kaas.

Se antes a ausência nos referenciais bibliográficos em trabalhos “sobre” a população trans/travesti, assim como ementas de disciplinas, era justificada pela ausência de produções desses (nossos) sujeitos na academia, tal justificativa parece cada vez mais infundada ao longo dos anos. Para além de uma política de citações que atravessa necessariamente um processo redistributivo e reparativo contra o transpistemicídio, pontuamos que tal produção de pesquisa trans/travesti tem se constituído de modo extremamente produtivo no país, ao longo dessas duas décadas. Não por acaso, temos hoje, crescentemente, intelectuais trans/travestis brasileiras/os/es circulando também pelo exterior (tanto em universidades quanto em organizações internacionais de destaque) e, cada vez mais, a presença de pessoas trans/travestis na docência, em diferentes universidades brasileiras - exemplos incluem Dodi Leal, Guilherme Almeida, Jaqueline Gomes de Jesus, Megg de Oliveira, Lino dos Santos, Letícia Nascimento, Luma de Andrade, Sara Wagner York, e Vi Grunvald, além de diversos cargos temporários e substitutos (dada que essa presença ainda é majoritariamente nova, no sentido de trajetória acadêmica).

A controvérsia envolvendo Miskolci em 2023, de fato, revelou um campo de circulação extenso dessa produção pelo país (senão uma política de alianças, e compartilhamento de responsabilidades) que não se percebia anos antes, principalmente no campo dos Estudos de

¹⁷ Site da Revista: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com/>.

Gênero – um dos pólos históricos da produção científico sobre pessoas trans/travestis no país, junto de áreas da saúde. Tal produção data desde os anos 90, com as primeiras etnografias publicadas sobre travestis em contextos de prostituição, pouco após a reestruturação das universidades públicas brasileiras no pós-ditadura. Na passagem dos anos 2000 aos anos 2010, sucederam publicações de destaque sobre transgeneridade e transexualidade, ainda escritas apenas por pesquisadores/as cis, em pesquisas de grande circulação - atravessando categorias como “transsexual”, “transgênero”, “trans”, “FTM”, e “homem trans”, nos emaranhados entre ativismos, políticas públicas, e saberes médicos¹⁸. Tais produções, vale destacar, têm maior ou menor proximidade com os movimentos trans/travestis, assim como distintas presenças de autorias trans/travestis na sua bibliografia - o que se refletiu, por vezes, em posicionamentos opostos nas controvérsias aqui apontadas.

Esse cenário passaria por transformações significativas nos anos 2010, no contexto de um conjunto mais amplo de transformações nas universidades brasileiras: notavelmente com a expansão das políticas de uso do nome social em universidades, desde o final dos anos 2000, e do espraiamento de políticas afirmativas para pessoas trans em programas de graduação e pós-graduação, ao longo dos anos 2010 e 2020 (IAZZETTI, 2021). De modo mais amplo, “questões trans” ganharam dimensões públicas e políticas cada vez mais extensas nessa mesma trajetória histórica – da conquista de direitos até a centralidade em pânico morais, da representatividade em novelas até a circulação em redes institucionais de arte, em meio, ainda, às transformações institucionais e políticas pós-2015, e na onda de políticas “anti-trans” no Brasil e no mundo.

Essas conquistas, vale pontuar, são resultado da atuação histórica de organizações trans/travestis, que datam no país desde os anos 90, de modo formalizado, e pelo menos desde os anos 60 e 70, por meio de manifestações públicas. Vale destacar ainda que tais organizações – como a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e o IBRAT (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades) – produziram e produzem publicações de pesquisa por meio de relatórios e notas públicas, prática que data desde os primórdios do movimento homossexual brasileiro, tendo em vista a ausência de dados oficiais pelo Estado (COACCI, 2018). No

¹⁸Destacamos, em ordem alfabética “*Abjeção e Desejo: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*”, de Larissa Pelúcio; “*FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: a emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*”, de Simone Ávila; “*Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transsexual*”, de Bruno Cesar Barbosa, “*Nossos corpos também mudam: Sexo, gênero, e a invenção das categorias ‘travesti’ e ‘transexual’ no discurso científico*”, de Jorge Leite Júnior; “*O que é transexualidade?*”, “*A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transsexual*”, de Berenice Bento; “*Que mulher é essa?: identidade, política, e saúde no movimento de travestis e transsexuais*”, de Mário Carvalho; “*Travesti: Prostituição, sexo, gênero, e cultura no Brasil*”, de Don Kulick; “*Travestis, carne, tinta e papel*”. de Elias Veras; “*Travestis: Entre o espelho e a rua*”, de Hélio Silva; entre outros.

contexto das universidades, nota-se, nas últimas décadas, a presença crescente de coletivos específicos para pessoas trans/travestis, assim como coletivos interseccionais com seu protagonismo, nos imbricamentos entre gênero, sexualidade, raça, etnia, território, e deficiência, comumente operando nas fronteiras dos espaços universitários (IAZZETTI, 2021).

Desafios e possibilidades das produções trans/travestis

Um dos principais desafios desse novo giro da pesquisa trans/travesti talvez seja, justamente, de questionar tais historicidades em seus “mitos fundadores”, tendo em vista tais complexos e contingentes atravessamentos de diferenças e desigualdades. Uma das questões mais pulsantes, hoje, tem sido a presença de transmasculinos, homens trans, e pessoas não-binárias, nessa trajetória. Ainda em 2012, por exemplo, Guilherme Almeida (professor em Saúde Coletiva na UFRJ) publicava o influente artigo “Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?” - um texto de importante circulação, porém pouco mencionado em seu pioneirismo no que se refere à produção trans/travesti nacional. Em outros exemplos, temos a existência de pessoas transmasculinas durante a Ditadura Civil-Militar, ainda invisibilizada e pouco estudada no campo histórico (com exceção de iniciativas como o MUTHA), e sua presença hoje em espaços transfeministas - que ainda sucede disputas e tensões.

Isso indica, também, diferenças geracionais também pouco trabalhadas em termos de pesquisa - na emergência de espaços “transcentrados”, por exemplo, ou nos imbricamentos dos movimentos com os novos desafios políticos postos após tal conquista formal de direitos ao longo dos anos 2000 e 2010, assim como novas estratégias de combate a desigualdades históricas, entre gênero, raça, e classe, como por exemplo no transfeminicídio. Outro destaque é a crescente presença de intelectuais intersexo realizando pesquisas em universidades, também em atravessamentos com espaços ativistas e de política pública – com nomes como Amiel Vieira (2024) e Vidda Faustino (2024). De fato, os emaranhados teóricos, assim como as convergências políticas, do “T” com outras partes da sigla, necessitam como um todo de maior investigação, o que também nos desloca as nuances das intersecções entre gênero, sexualidade, sexo, e marcadores como deficiência, raça, e classe.

Perspectivas interseccionais e decoloniais (ou anti-coloniais) – já enraizados na produção trans/travesti nacional, principalmente transfeminista – têm sido matizadas e complexificadas ao longo dos anos. Em seu projeto afrotransfeminista, Maria Clara Araújo (2022) destaca os profundos imbricamentos entre racismo e transfobia no país, assim como aponta para redes transnacionais, tanto na América Latina quanto em contextos diaspóricos.

Nomes como Dediane Souza (2022) e Pietra Paiva (2020), por sua vez, destacam a dimensão territorial apagada historicamente nessa produção dita “nacional”, reforçando a centralidade da intelectualidade travesti nordestina, assim como da realidade de travestis em zonas rurais. Cauê Assis de Moura (2021), por sua vez, reforça a necessidade da presença de transmasculinos em espaços transfeministas, apontando uma trajetória histórica e política comum. Finalmente, em dossiê para a Estudos Transviades, transmasculinos indígenas tomam voz nos emaranhados entre colonialidade, ancestralidade, gênero e corpo (2023). Entre outros diversos exemplos, seguindo a proposição de Favero (2020) da necessidade de abertura ao dissenso e ao contraditório em uma “ética pajubariana” compartilhada, pontuamos a escrita colaborativa (inclusive no que se refere a sua autoria) como central nessa nova leva de produções trans/travestis, assim como na expansão e diferenciação de teorias, métodos, perspectivas éticas, e estratégias político-epistemológicas nessas pesquisas.

Nesse sentido, cresce, também nos últimos anos, uma produção trans/travesti que extrapola temáticas comuns, e talvez mais óbvias nos enlaçamentos com movimentos sociais e políticas públicas – invertendo a direção analítica para a própria cisgeneridade, por exemplo, ou explorando dimensões como as fronteiras entre animalidade e humanidade a partir de discussões sobre materialidade, conforme navega Emilia Braz (2024), nas junções entre os estudos trans e os estudos feministas de ciência. Não por acaso, em diálogo com a produção intelectual crítica negra, com a produção indígena, e com os saberes de terreiro, conceitos como “recusa”, “fugitividade”, “captividade” e “segredo” têm ganhado também destaque na pesquisa (MOMBAÇA, 2021). Em grande medida, tal produção parece responder não apenas ao espraiamento dessa presença em diferentes campos de estudo, mas a uma resposta crítica às restrições das possibilidades criativas postas sobre esses (nossos) sujeitos, frente a novos desafios nesses diálogos institucionais – num crescente interesse pela promoção de “diversidade” que tende a cristalizar tais narrativas e reduzir existências a apenas uma dimensão subjetiva, principalmente na leva de “interesse” (inclusive econômico) sobre temáticas trans/travestis.

No mais, tais intelectualidades, e tais contestações sobre “extrativismo intelectual” e “(trans)epistemicídio”, devem ser entendidas, ainda, de modo mais extenso que as universidades e a “academia” em si. Um marco histórico, aqui, está na obtenção do título de doutora *honoris causa* de Keila Simpson - importante ativista do movimento de travestis e transexuais brasileiro, e sobrevivente da Ditadura - pela UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), em 2022. Pensemos, por exemplo, nas próprias origens históricas que pontuamos aqui, nas primeiras etnografias urbanas sobre travestis na prostituição, nos anos 90. Embora

nesse segundo momento elas se revestiram de um “caráter científico” (que permanece até hoje), seu formato, em grande medida, se assemelha aos relatos jornalísticos da década de 70, por exemplo no “Lampião da Esquina”, onde já eram observadas disputas no que se refere a tal produção sobre travestis pelas próprias travestis “pesquisadas”, reforçando que tal produção (protagonizada, naquele momento, por homens cis gays brancos) as expunham e as prejudicavam, sem qualquer tipo de compromisso ético ou ganho direto (IAZZETTI, 2023).

Dito isso, é necessário pontuar que tais “pioneirismos” respondem sempre a um conjunto de dinâmicas públicas e políticas historicamente contingentes, inclusive enquanto prática de essencialismo estratégico (SPIVAK, 1996), mas que podem resultar em novas exclusões e ocultamentos, se não na cristalização de tais existências trans/travestis em novas e antigas narrativas redutoras e restritivas,. Entendemos que, para além dos marcos individuais, seja necessário pontuar, para além da constituição de cânones e da necessária produção de memória - frente a apagamentos e negacionismos históricos - um conjunto de possibilidades que compõem tais conquistas e, para além disso, a compreensão de que tais transformações dependem necessariamente de movimentações e transformações coletivas. Não apenas sobre pioneirismo, portanto, essa trajetória histórica marca, de modo amplo, a notável expansão da presença de estudantes trans/travestis em universidades brasileiras - em seu número, conteúdo, forma, e imbricamentos dentro e fora da academia, através de crescentes políticas de aliança.

Conforme pontua Vergueiro (2015), pessoas trans/travestis foram historicamente o objeto de investigações médicas, científicas, e jornalísticas, mas não foram entendidas como possíveis leitoras desses mesmos trabalhos - “objetos”, mas não “sujeitos”, “ativistas”, mas não “pensadoras”, “emocionais”, mas não “racionais”, “artificiais”, mas não “naturais”... Dito isso, embora a violência extrema seja um elemento chave da transfobia – principalmente no transfeminicídio de travestis e mulheres trans negras e/ou trabalhadoras sexuais, e no suicídio, pauta levantada historicamente pelo movimento transmasculino, também nos imbricamentos de raça, classe, e etnia – é necessário ter em vista a complexidade das dinâmicas sociais, culturais e políticas que estruturam e legitimam essa violência através de processos de desumanização (IAZZETTI, 2023) – incluindo nos modos em que a população trans/travesti é reduzida a corpos violentados e brutalizados, até hoje, em produções bibliográficas escritas por autorias cis, e em análises que reduzem os espaços de agência, criatividade, e reflexividade desses (nossos) sujeitos frente a essas violências (CAVALCANTI & SANDER, 2019).

Por fim, vale destacar que a histórica objetificação de pessoas trans no âmbito acadêmico e científico é contestada não apenas no Brasil, mas em pesquisas ao redor do mundo, a exemplo de autorias como Blas Radi (2019), na Argentina, e Viviane Namaste (2009), no

Canadá. De fato, a produção trans anglófona data desde os anos 80, nos chamados *trans studies*, com a publicação de “The Empire Strikes Back”, de Sandy Stone – traduzido para o português apenas em 2024, por iniciativa de pesquisadores/ies/as trans (STONE, 2024). Conjuntamente com o movimento brasileiro, os movimentos argentino e mexicano – entre outros, na América Latina – contam com notória produção, ao longo das décadas, tanto na academia, quanto na literatura e na poesia, em articulações que tem sido pouco-a-pouco tecidas numa nascente bibliografia (trans)nacional, incluindo na publicação em outros idiomas (ARAÚJO & VERGUEIRO, 2022). Em conjunto, tal produção transcêntrica (IAZZETTI, 2021), ou transpológica (na definição de Renata Carvalho, neste dossiê), compõem um conjunto complexo e crescente de conceitos, métodos, e teorias, que se estende para diversas áreas do conhecimento, atravessando e excedendo o espaço da universidade, assim como as próprias fronteiras desses países, nos novos rumos dessa produção político-epistemológica.

No mais, ainda no âmbito histórico, para além de dinâmicas de exclusão, e da atenção às nuances e atualizações de violências transfóbicas, é necessário pontuar que há uma produção histórica que extrapola o espaço universitário, incluindo nos ativismos e nas artes, de intelectuais trans/travestis. Autobiografias são um exemplo marcante, incluindo, no Brasil, nomes como João W. Nery, Fernanda Farias de Albuquerque e Ruddy Pinho. Dito isso, cabe a provocação: quais os efeitos de trabalharmos tais produções históricas enquanto conceituais, metodológicas, e teóricas, para além de “materiais primários”? Quais os efeitos de “levarmos a sério” essas produções enquanto intelectuais? E se aplicássemos esses mesmos princípios às performances de Claudia Wonder, em meio a Ditadura, ou a poesia de Linn da Quebrada? Paraphraseando Erica Malunguinho, em fala em defesa das políticas afirmativas para pessoas trans/travestis (conforme etnografia de IAZZETTI, 2021) - “ter os nossos corpos dentro desses espaços (...) [é] um benefício para a universidade, que terá a oportunidade e o privilégio de lidar com mentes que resistiram e construíram intelectualidade a despeito de toda a opressão”. Entendemos esses atravessamentos como fundamentais na produção trans/travesti nacional contemporânea – assim como a que está por vir, nessa e em outras circunscrições, sempre sob rasura – que tem sido caracterizada por um forte caráter inter- e transdisciplinar, marcado pela criatividade e pela experimentação nesse jogo de fronteiras de gêneros (literários) e (in)disciplinas.

Saberes trans/travestis em disputa

Ao observarmos a amplitude que as polêmicas envolvendo os saberes trans, travestis e não-binários tem suscitado na última década no Brasil, e diante das valiosas contribuições feitas

por pessoas pensadoras trans, travestis e não-binárias, podemos perceber que os nossos saberes se encontram em disputa. Que lugar ocupa o conhecimento, as reflexões e os questionamentos de pessoas trans, travestis e não-binárias? Como podemos dialogar com distintos campos disciplinares? Que aportes teóricos, metodológicos e políticos as nossas perspectivas trazem para as reflexões feitas na academia? Em última instância também se recoloca a questão sobre quem pode ou não nomear a norma e quem por ela é nomeada.

Foi partindo desses questionamentos que aceitamos o convite da Revista Anômalas para coordenar o presente dossiê. Refletir sobre as disputas envolvendo os saberes trans, travestis e não-binários, é refletir sobre as estruturas de poder/saber que conformam o saber acadêmico e a ciência e o lugar de outros corpos e outras subjetividades na produção de conhecimento. Nesse sentido, o dossiê é composto por um conjunto de pessoas dedicadas a pensar sobre o lugar e a importância dos saberes trans, travestis e não-binários em distintos campos disciplinares, estágios de formação e com uma rica pluralidade de temas abordados. Vale destacar que este dossiê conta majoritariamente com a participação de jovens pessoas pesquisadoras trans e travestis.

Qual é o papel da sujeira e da desesperança na imaginação de outros futuros para além da cisnorma? No ensaio "Bicha a senhora é destruidora mesmo!: um pouco de raiva, desesperança e sujeira pra contaminar as suas mentes", Julia Pereira Bueno e Pietro Benedito nos provocam a pensar sobre a necessidade de ação de pessoas trans e travestis a partir da raiva. Dialogando com Sofia Favero, Aílton Krenak, Audre Lorde, Paulo Freire, Jota Mombaça, Sara Wagner York, Bruna Benevides, Megg Rayara, Letícia Nascimento, Leonardo Peçanha e Octavia Butler, Bueno e Benedito nos conduzem por uma reflexão sobre os modos de imaginação de outros futuros e escapar do higienismo e das violências coloniais. Partindo de suas experiências com transfobia, as pessoas autoras oferecem uma valorosa contribuição sobre as perspectivas de pessoas trans e travestis.

Como os espaços podem participar na formação de subjetividades travestis? Em que medida as experiências históricas da travestilidades se conectam a espaços de sociabilidade? Em "Paris em Copacabana: boate Favela, travestilidades e históricas experiências no Rio de Janeiro (1960)", o historiador Paulo Vítor Guedes de Souza aborda essas e outras questões através de uma rica análise da história de um importante espaço de expressão artística travesti na Copacabana dos anos 1960, a Boate Favela. Somada a distintas fontes documentais, a narrativa oral da artista e transcestral Suzy Parker permite ao autor reconstituir o contexto social bem como elementos que formaram aquele espaço. Ainda, vale destacar que a narrativa de Suzy

Parker, tão cuidadosamente tratada por Guedes de Souza, transpira elementos de formação de subjetividade travesti a partir da interação com o universo artístico da Boate Favela.

"O que um corpo travesti pode criar sonoramente?" A instigante pergunta inicial feita pela violoncelista e antropóloga Luca D'Alessandro no artigo "Corpo Sonoro: o ateliê de travestilidades" é um convite a pensar nas conexões entre a travestilidade e a Livre Improvisação. Partindo de uma autoetnografia, de um diálogo com uma literatura produzida por pessoas trans e travestis e de sua experiência como instrumentista, D'Alessandro nos conduz por uma adensada discussão sobre metodologia e sobre processos criativos a fim de refletir sobre como a travestilidade enquanto potência se manifesta nos processos criativos musicais.

O que acontece quando o outro antropológico passa a produzir conhecimento? O que fazem corpos marginalizados na disciplina antropológica quando passam de objetos de estudos a produtores de saber? A antropóloga Samantha Vallentine Cabral de Souza em "Transcrevivências de uma travesti: etnografando antropologias outras" nos convida a refletir sobre a produção antropológica a partir de uma densa autoetnografia. A partir dos conceitos próprios de "transnarrar" e de "transcrevivência", a autora reflete sobre parte de sua trajetória no bairro da Várzea, na capital pernambucana, até o Mestrado em Antropologia na UFPE. Sua escrita aguçada nos conduz por uma trama institucional e uma rede de relações e afetos desenvolvidos na comunidade Padre Henrique, às margens do Rio Capiberibe, que a levaram a tornar-se uma travesti antropóloga. Desafiando a transfobia, a exclusão, o caos deixado pelo governo autoritário de Bolsonaro, a violência policial e o racismo ambiental, a autora nos mostra a tessitura de relações e de alianças com moradoras e moradores daquela região.

Como as mídias alternativas podem oferecer um caminho para a imaginação de novos mundos? Analisando, livros, filmes e videogames, Pol Iryo, em "Entre papéis e películas: imaginando novos mundos com Donna Haraway e Jack Halberstam", nos convida a pensar outros caminhos para escaparmos da realidade colonizadora imposta a pessoas dissidentes da cis-heteronorma. A partir de um intenso diálogo com Haraway e Halberstam, Iryo analisa um conjunto amplo de obras literárias, filmes de animação, que ao recorrerem a uma linguagem mais acessível logram discutir questões complexas. Iryo também nos oferece um rico panorama sobre as contribuições de Haraway e Halberstam.

"Quem tem medo das transmasculinidades?" Com essa pergunta Bruno Latini Pfeil, Bení Milanski e Nicolas Pustilnick nos convidam a uma reflexão sobre o papel das transmasculinidades nos movimentos feministas no artigo "Seria eu um Homem?: investigações decoloniais sobre os percalços das transmasculinidades nos feminismos". A partir de uma discussão sobre o lugar que as transmasculinidades ocupam na contraposição a um sistema

colonial de gênero, as pessoas autoras discutem os impactos das reivindicações transmasculinas bem como seu potencial desestabilizador das masculinidades hegemônicas. O artigo nos brinda com um interessante diálogo com o pensamento decolonial e contribui sobremaneira para futuras discussões e reflexões sobre os feminismos contemporâneos e, em especial, articulações e formação de alianças.

Quais são os entrelaçamentos entre princípios anarquistas e iniciativas dos movimentos trans? No ensaio "Sobre um transfeminismo libertário", Cello Latini Pfeil nos leva a uma adensada reflexão sobre o trans-anarquismo. Observando o encontro de princípios anarquistas como ação direta, autogoverno, apoio mútuo e a crítica à imposição de autoridade com reivindicações pela despatologização, pelo fim da violência policial, pelo direito à nomeação e a desnaturalização da cisgeneridade, o ensaio de Pfeil nos apresenta com um panorama sobre a patologização histórica da transgeneridade e os aspectos libertários da demanda por despatologização. Vale destacar que o ensaio propõe uma perspectiva transfeminista do anarquismo, demonstrando a vitalidade dos saberes trans, travestis e não-binários na reflexão teórica e na ação.

Tendo em vista as torções epistêmicas entre arte, produção acadêmica, e ativismo, convidamos para nossa entrevista neste dossiê a atriz, diretora, travaturga¹⁹ e transpóloga Renata Carvalho. Renata Carvalho é um exemplo pujante da riqueza dos trânsitos e das transições por esses modos de conhecimento, atuando nos palcos e também fora deles. Na entrevista, que intitulamos "Precisamos trapacear a língua", frase dita pela nossa entrevistada, conversamos sobre sua trajetória artística, política e intelectual, sua paixão pelos livros e pela palavra, seus trabalhos e projetos futuros e sua perspectiva sobre a pluralidade e vitalidade dos saberes trans e travestis. Conversamos também sobre o vasto arsenal conceitual que ela elaborou e cunhou, que fornece ferramentas importantes para pensarmos sobre nossas realidades, bem como discutir e analisar contextos políticos e sociais distintos.

Renata Carvalho finalizou a entrevista com um chamado bastante potente que condensa o objetivo deste dossiê e que reproduzimos aqui: "Então, acho que empoderar na escrita, para que a gente possa escrever, falar dessas vivências, falar do que está sentindo com qual idade for, em qual momento for. A gente precisa criar essas memórias". É no sentido de empoderar e celebrar a escrita e o registro dos saberes trans, travestis e não-binários, de todas as gerações e momentos de formação, a fim de criar memórias, que desejamos a você uma boa leitura.

¹⁹ *Travaturgia foi um termo cunhado por Ave Terrena, como nos explicou Renata Carvalho.*

Referências

- ALMEIDA, G. "Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?". *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 513–523, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wkWvfpf58vHyvr35KTZyvtr/abstract/?lang=pt>.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. 2012. 279f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). *Saberes e epistemologias trans e travestis: interfaces entre academia e política*. Mediado por Vi Grunwald. Palestras de Carolina Iara, Ian Habib, Megg Rayara Gomes de Oliveira e Sil Nascimento. 4 dez. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CXPf4mF8HZo>. Acesso em: 9 out. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA TRANS-HOMOCULTURA (ABETH). *Nota de Desagravo Acadêmico*. Instagram, 12 nov. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Czjeld_py27/?img_index=2. Acesso em: 9 out. 2024.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). *Nota do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Sociologia e Ciências Sociais pela liberdade intelectual e de cátedra*. Instagram, 17 nov. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/anpocs/p/Cz4CGunp85h/?img_index=4. Acesso em: 9 out. 2024.
- BARRETO, M. M. "Avanços, equívocos e retrocessos nas lutas identitárias.". *Extra Classe*, 15 out. 2021. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/geral/2021/10/avancos-equivocos-e-retrocessos-nas-lutas-identitarias/>. Acesso em: 9 out. 2024.
- BENTO, Berenice; BESSA, Karla; PELÚCIO, Larissa; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes; DUQUE, Tiago. "De que lado estamos." *Outras Palavras*, 14 nov. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/em-defesa-de-richard-miskolci/>. Acesso em: 9 out. 2024.
- BRAZ, Emília. *Hair is everything: materializando a cisgeneridade a partir dos pelos corporais*. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- CAVALCANTI, Céu & SANDER, Vanessa. (2019). "Contágios, fronteiras e encontros: articulando analíticas da cisgeneridade por entre tramas etnográficas em investigações sobre prisão". *Cadernos Pagu*, (55). 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gN4ZdVsJwfnYkxyc7VQhtjj/abstract/?lang=pt>.
- COACCI, T. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais. 2018.
- _____. *Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão*. *História Agora*. 2014.
- COCCIX. "Nota de apoio a organizações, pensadores e ativistas trans". *Coccix*, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://coccixorg.wordpress.com/2023/11/20/nota-de-apoio-a-organizacoes-pensadores-e-ativistas-trans/>. Acesso em: 9 out. 2024.
- DE MOURA, Cauê Assis. “E não posso ser eu um transfeminista?” *Revista Estudos Transviades*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 2021.
- DISCENTES E EX-DISCENTES DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO PAGU. *Carta resposta ao Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu da Unicamp quanto ao caso do sociólogo Richard Miskolci*. 18 nov. 2023. Disponível em:

https://www.instagram.com/nct_unicamp/p/Cz2FjJExODh/?img_index=1. Acesso em: 9 out. 2024.

FAUSTINO, Vidá. "Eu sou seu glitch": ativismo intersexo no Brasil [2006-2021], 2024. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Brasília, Brasília, Distrito Federal.

FAVERO, Sofia. "Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais." *Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 1–22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/18520>. Acesso em: 10 out. 2024.

HENTZY, Thárcilo Luiz da Silva (org.). Dossiê Especial: Transmasculinidades e Não-binariedades em Perspectivas Originárias. *Revista Estudos Transviades*, Belo Horizonte, v. 4, n. 9, dez. 2023. Disponível em: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com/2023/12/21/dossie-especial-transmasculinidades-e-nao-binariedades-em-perspectivas-originarias-revista-estudos-transviades-v-4-n-9-dez-2023/>. Acesso em: 9 out. 2024.

IAZZETTI, Brume. *Between tarantulas and razor blades: 'Travesti' history and the public sphere in Brazil's democratic transition*. 2023. Dissertação (Mestrado em História Pública). Central European University, Budapeste, Hungria.

_____. *Existe 'universidade' em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans**. 2021. 311 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641814>.

NAMASTE, Viviane. Undoing Theory: The "Transgender Question" and the Epistemic Violence of Anglo-American Feminist Theory. *Hypatia* (v.24, 3), p. 11-34, Routledge, 2009.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO PAGU/UNICAMP. *Nota em favor do professor Richard Miskolci, pela possibilidade do dissenso, do respeito democrático aos embates conceituais e sem censura ou banimento*. Instagram, 17 nov. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CzwwEMxv9EB/?img_index=1. Acesso em: 9 out. 2024.

MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar?. Medium, 6 de janeiro de 2015. Disponível em <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>

_____. *Não vão nos matar agora*. Editora Cobogó, 2021.

PASSOS, Maria Clara Araújo. *Pedagogias das travestilidades*. Civilização Brasileira, 2022.

_____ & SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. "A transfeminist enunciation locus in Latin America: geopolitical issues for a decolonial project from the world's south." *Global Public Health*, Oct. 17(10): 2415-2427, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2022.2062027#abstract>.

PAIVA, Pietra. "As travas de jardim são unidas": etnografia da performance identitária das travestis em contextos rurais e interioranos do sertão potiguar. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, 2020.

RADI, Blas. "Políticas del conocimiento: hacia una epistemología trans." In LÓPEZ, Mariano, *Los mil pequeños sexos. Intervenciones críticas sobre políticas de género y sexualidades*. Sáenz Peña, Argentina, EDUNTREF, 2019.

REDE DE ESTUDOS TRANS-TRAVESTIS. Nota de enfrentamento ao trans-epistemicídio. Medium, 22 nov. 2023. Disponível em:

<https://medium.com/@rededeestudostranstravestis/nota-de-enfrentamento-ao-trans-epistemicidio-b7cedf25c20b>. Acesso em: 9 out. 2024.

RODOVALHO, Amara Moira.. "O cis pelo trans." *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p. 365–373, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Ct6B9JMscBjgK4DZgjXQkgn/?lang=pt>. Acesso em: 9 out. 2024.

SANT’ANA, T. dos S. de. Outras cenas do Queer à brasileira: uma incursão sobre artes e geopolíticas queer no Brasil. *Ambivalências*, São Cristóvão-SE, v. 4, n. 8, p. 13–49, 2017. DOI: 10.21665/2318-3888.v4n8p13-49. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/5997>. Acesso em: 10 out. 2024.

SPIVAK, Gayatri. *The Spivak Reader*. Routledge, 1996.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA (SBS). *Nota de apoio ao Prof. Dr. Richard Miskolci, em favor à liberdade de cátedra*. 11 nov. 2023. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/nota-de-apoio-ao-prof-dr-richard-miskolci-em-favor-a-liberdade-de-catedra/>. Acesso em: 9 out. 2024.

SOUZA, Dediane. "*Dando o nome*": *Eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do Jornal O Povo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Estadual de Ceará, Fortaleza, Ceará, 2022.

STONE, Sandy. "O Império contra-ataca: um manifesto pós-transexual." *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 2, n. 19, p. 254–277, 2023. DOI: 10.9771/peri.v2i19.53117. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/53117>. Acesso em: 7 out. 2024.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise etnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.

VIEIRA, Amiel. *Uma autoetnografia bioética: há cuidado em saúde para a pessoa interssexo com genital atípico?*. 2024. Tese (Doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.